



Assmbr
H. M. L. G.
22.12.11

unanimidade
cl #

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 4/2011

Sessão realizada em 29 de Setembro de 2011

ACTA N.º 4/2011

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e onze, pelas dezassete horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Luís Ventura Gavinhos e secretariada pela Senhora D. Maria do Carmo Nogueira e pelo Senhor Aires Patrício.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: Carlos Manuel São Martinho Gomes, António Eduardo Saraiva, José Manuel Anacleto, Maria de Lurdes Liberato, José Neves Costa que apresentaram justificação e foram substituídos pelos Srs. Membros Eugénia Barroca, João Couto Gonçalves, Pedro Ribeiro, Carla Duarte e Pedro Boavida. O Senhor Presidente da Assembleia também apresentou a sua justificação. Faltaram ainda os membros Nuno Baltazar Mendes, João Cruz Taborda, Maria Alice Cardoso, Luís Martins e Eduardo Jacinto Martins, que não justificaram a ausência. Os Presidentes de Junta de Salgueiro, Silveiras, Soalheira e Valverde foram substituídos pelos seus representantes legais.

Relativamente ao Executivo Municipal faltou o Senhor Vereador Augusto Leal Salvado. Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Fundão”

2.3 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2012 das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis”

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2012 da Taxa Municipal de Direitos de Passagem”.

O Senhor Presidente da Mesa em Exercício cumprimentou os presentes e justificou a ausência do Senhor Presidente, por motivos profissionais. Solicitou ao Membro Aires Patrício que ocupasse o lugar em falta e pôs à votação a acta nº 3/2011 que foi aprovada com a abstenção do Membro Luís Castanheira, por não ter estado presente.

Informou que o Município do Fundão não tem a funcionar o Conselho Municipal de Segurança e que nos tempos difíceis que correm, existe alguma pertinência no seu funcionamento. O Senhor Vereador do Pelouro também foi dessa opinião, no entanto a iniciativa da sua constituição deverá partir da Assembleia Municipal. Assim, solicitou aos serviços que fosse distribuída a respectiva legislação e informou que no final do PAOD iria questionar os membros da Assembleia se poderia ser a Comissão Permanente a liderar o processo, começando pela elaboração do regulamento.

Face à pertinência do assunto, deu a Palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos sobre o livro verde da reforma da administração local.

Presidente da Câmara – Cumprimentou os presentes e agradeceu o facto de poder desde já usar da palavra sobre este assunto tão importante para a vida dos cidadãos. Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente acta - Anexo 1.

Presidente da Mesa – Agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, considerando estar a dar-se o “pontapé de Saída” na discussão do tema. Em nome da Mesa disse estar de acordo em assumir um papel activo, na comissão a criar, sugerida pelo Senhor Presidente. Informou que no final do PAOD iria perguntar à Assembleia Municipal sobre a constituição da comissão de acompanhamento proposta pelo Senhor Presidente sobre a reforma administrativa no concelho do Fundão.

Luís Lourenço – Disse estar de acordo com o conteúdo da proposta em termos formais, mas que em termos legais devia ser um membro da Assembleia Municipal a propor a constituição da comissão.

O Senhor Presidente da Mesa disse que ele próprio propunha desde já a constituição da comissão de acompanhamento do livro verde da reforma da administração local e que fosse constituída por 1 representante da Câmara Municipal, 1 representante de cada partido político com assento na A.M., a comissão permanente, 5 Presidentes de Junta de Freguesia representando as cinco subzonas já existentes.

Período de Antes da Ordem do Dia

Aires Patrício – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente acta, constituindo o Anexo 2.

Paulo Silveira – Após cumprimentar os presentes disse que o documento relativo à reforma da administração local deveria ser um ponto de partida para um amplo debate e receber contribuições de todos os cidadãos, autarcas e demais organismos. Considera necessário colocar na Mesa todas as soluções possíveis desde que obedeçam a critérios claros, concisos, de forma séria. Não se pode ser passivo pelo que se exige a toda a comunidade uma atitude proactiva num debate sem demagogia, sem interesses, pressões ou oportunismo político. Todos são necessários, devemos ser a solução e não o problema. Terminou convidando todos a participar na 7ª Festa das Vindimas, a realizar no próximo fim-de-semana nos Três Povos.

Catarina Gavinhos – Abordou o tema “educação” dizendo que os sucessivos governos falam com “amor” de educação, mas raramente passam das palavras. Não vê a educação como prioridade deste Governo, até porque muitos dos seus membros defendem o ensino liberalizado, no qual quem quer ensino de qualidade terá de o pagar, ficando a escola pública com os denominados serviços mínimos. Trata-se de um sistema que se pode vir a tornar insustentável, a educação deverá ser sempre uma prioridade, num País com tantos anos de atraso em relação à maioria dos Países da Europa. Para resolver os problemas não é necessário mais dinheiro, dando alguns exemplos a nível local, do que podia ser feito. A falta de planeamento ao nível da educação não é razoável e mudá-la não depende de dinheiro, sendo mais importante a colaboração e o bom senso entre os intervenientes, de forma a melhorar o funcionamento das escolas no nosso concelho.

Joana Morgadinho – Disse ser necessário melhorar a sinalização da EN 238, nomeadamente as suas marcas rodoviárias. Trata-se de um problema de segurança de muitas das estradas do nosso concelho, pelo que urge uma intervenção rápida.

Rogério Hilário – Acentuou que se vivem tempos difíceis, que a crise se acentua e os problemas se acumulam. Acha possível encontrar oportunidades nesta crise e vê no actual Ministério da Economia um conjunto de pessoas sensibilizadas com o Interior. No entanto a união tem de fazer a força e temos de trabalhar todos a uma só voz. Propôs que o nosso interesse fosse global e não particular ou partidário. Deu os parabéns a Alpedrinha, à Câmara Municipal e ao Fundão Turismo pela organização exemplar da Festa dos Chocalhos. Já não é só a festa da região mas também de um País inteiro e até de alguns estrangeiros. Congratulou-se também com o facto de empresários, alguns estrangeiros, continuarem a investir no nosso concelho e nas transferências de empresas, verificar o aumento de postos de trabalho. Congratulou-se ainda pelo facto de a empresa Águas do Alardo estar a reerguer-se, destacando o papel da Câmara Municipal no processo. Falou também das jornadas parlamentares do PSD, realizadas no Fundão, salientando o facto de se realizarem no Interior, o que facilitou o conhecimento das nossas dificuldades. Chamou a atenção da Câmara Municipal para as obras da Refer que causam problemas à actividade comercial e empresarial na zona de intervenção e para as que em breve se irão iniciar no centro da cidade, que devem ser bem planeadas para minorar os possíveis problemas que daí possam advir. Regozijou-se com o inicio normal das aulas no concelho do Fundão, sem os problemas habituais.

Luís Castanheira – Sobre a intervenção do Senhor Presidente considerou que a desertificação se deve à política dos nossos governos, mas também a cada um de nós e às intervenções que fazemos ou devíamos fazer obrigatoriamente. Há cerca de 10 anos o Senhor Presidente da Câmara dizia que as Juntas de Freguesia seriam sempre parceiros privilegiados da Câmara Municipal. Efectivamente no primeiro ano vimos a Delegação de Competências aumentada substancialmente, o que agradou a todos. Depois disso o que se passou foi “zero”, tendo inclusive sido retirados muitos Euros com a indicação de que seriam devolvidos às Juntas de Freguesia em dobro, o que não aconteceu. Depois disseram-nos que seria devolvido o investimento e não a transferência do dinheiro. Por outro lado a administração central decidiu transferir 50% do IMI às freguesias, mas esta Câmara Municipal decidiu retirar essa verba porque não concordava com isso, não conhece situação nenhuma como esta no País. Agora as Juntas de Freguesia até vão pagar água. Na sua freguesia a Câmara Municipal assumiu compromissos de 50% de uma obra, posteriormente passou essa dívida para a Junta de Freguesia a ser paga com subsídios da Câmara Municipal, ver-se-á no que isso vai dar. Desde Abril que a Câmara não faz quaisquer transferências para as Juntas de Freguesia e já não é a primeira vez que deixa atrasar os seus compromissos para com elas. Face ao descrito perguntou o que ganham as Juntas de Freguesia com os elefantes brancos criados na sede do concelho, com a instalação de parquímetros, com a concessão de água aos Espanhóis, com o passeio dos autocarros pelas ruas do Fundão sem passageiros além do condutor, com a criação de uma taxa dita para a protecção civil, questões lesivas dos cidadãos e contribuintes da responsabilidade desta Câmara Municipal. Concluiu apelando ao respeito e responsabilidade para com os eleitores, sem sermos servilistas de ninguém.

Presidente da Câmara – Em tempos difíceis cumprimentou o esforço da freguesia do Salgueiro na realização da “Festa das Vindimas”. Relativamente à educação considerou que a mesma é uma prioridade desta Câmara e tudo tem feito para que os problemas

sejam menores, o que tem conseguido. O PS, ao afirmar as suas prioridades, fala como se fossem proprietários desse bem e dessa causa. Na realidade o que sempre fizeram foi o inverso, levando as coisas para situações calamitosas. Este governo em 100 dias já conseguiu pacificar as escolas, chamando as pessoas, conversando com elas e resolvendo os problemas com o senso que deviam ser resolvidos. Esta Câmara Municipal tem uma acção muito especial para com a educação no nosso concelho, apesar dos cortes financeiros que têm acontecido. Só em transportes escolares, nos últimos 10 anos, pela parte que competia à Administração Central, o nosso município pagou cerca de 10 milhões de euros. Fecharam-se 22 escolas, optimizaram-se recursos, mas o único favorecido foi a Administração Central, que deixou de pagar a professores, auxiliares e instalações. A Câmara Municipal ficou com a despesa de transporte das crianças, porque felizmente elas continuam a existir. Estes problemas não foram criados pelas autarquias, nem pelo governo que está em funções, que só corrige os erros dos outros. Ao município do Fundão foram retirados nos últimos anos 3 milhões de euros que pela Lei das Finanças Locais lhe pertenciam. Dirigindo-se ao Sr. Luís Castanheira disse-lhe que anda mal informado, falou como Presidente de Junta que já não é, de temas que desconhece, passando até a marca do respeito por aqueles que foram eleitos e em que o povo confiou, que não foi nele. É falso que desde Abril não se façam transferências, já que as últimas foram feitas este mês e o próprio Presidente da ANAFRE costuma dar como exemplo o município do Fundão, já que foi dos primeiros a estabelecer protocolos de cooperação com as suas freguesias, com mecanismos financeiros e de competências devidamente estabelecidos. Disse também que em nome da verdade, a Lei das Finanças Locais que vinha do tempo do Eng.º Guterres servia todos, mas foi completamente adulterada, já que outro ministro retirou ou reduziu tudo. Se a Câmara Municipal tem mais meios divide-os com todos, se tem menos é natural que todos tenham de contar com menos. A Câmara Municipal do Fundão não é o réu neste processo, mas vítima de tudo o que lhe retiraram. Disse também que o Senhor Luís Castanheira devia ter discutido alguns dos assuntos mencionados na sua intervenção no órgão próprio, que era a Assembleia de Freguesia de Souto da Casa e não a Assembleia Municipal, porque este não é o órgão das mágoas ou “das feridas mal curadas”. Finalmente informou que as obras em curso no Fundão estão a causar alguma preocupação ao executivo. As obras da Refer são importantes para o Fundão e para o concelho, vão ter um grande impacto nas próximas décadas. No entanto as mesmas têm provocado algumas dificuldades, mas a Câmara tudo tem feito para que o seu fim chegue rapidamente. Foram ultrapassadas várias questões, nomeadamente na circular urbana, mas espera que tudo esteja concluído até 31 de Dezembro próximo. Pediu aos cidadãos e empresários um pouco mais de paciência porque todos irão ganhar com isso.

Finalizado o PAOD, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação a criação da comissão de acompanhamento do livro verde sobre a reforma do poder local, nos termos por si propostos anteriormente, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

O membro **Nuno Henriques** apresentou a seguinte declaração de voto: “congratulo-me com a aprovação desta proposta, que se vem juntar à efectuada pelo Senhor Presidente da AM, Dr. Vítor Martins em Fevereiro, que não era mais que o que agora se aprovou”.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação a proposta de criação do Conselho Municipal de Segurança, delegando na Comissão Permanente a responsabilidade de elaborar o regulamento, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município

Luís Lourenço – Lamenta continuar na dúvida e fazer perguntas neste ponto e depois receber respostas a “disparar para o lado”. Tem trinta e oito páginas mas volta-se à situação anterior, o enquadramento não está feito, pelo que qualquer de nós se pode dar ao direito de questionar porque é que esse enquadramento não está feito. Vivem-se momentos difíceis em termos económico/financeiros e as soluções propostas para resolver os problemas do País não são as mais correctas, nem trazem a solução, mas agravam o problema. Trata-se de uma questão de dívida externa e a sua resolução devia passar pelo relançamento da actividade económica. Com as soluções adoptadas reduz-se a actividade económica e a prazo vai agravar-se também a dívida pública. Não está nas mãos da Câmara resolver estes problemas mas têm de viver com eles. Nas contas que nos são apresentadas neste documento e no que diz respeito às despesas de capital, estamos com 35,9% daquilo que está comprometido, o que demonstra uma situação financeira muito má e complicada. A informação escrita devia demonstrar quais as perspectivas que temos, onde estão os problemas, onde temos de cortar e ser eficientes e não vê nada disso nesta informação. Trata-se de mais uma listagem formalmente mais bonita, mas em termos de apresentação continua a ser uma mera listagem. Sobre as soluções que apresenta a Câmara Municipal, aquilo que se vê é que tirou os 3% no IRS para atrair algumas empresas e agora não dá benefício nenhum, O IMI foi agravado em relação a 2010, as minorações para as regiões mais desfavorecidas desapareceram, pelo que pergunta se será esta a forma de combater a desertificação, já para não falar da taxa de protecção civil aplicada. Estes exemplos fazem notar que às primeiras dificuldades a Câmara também já vai para cima dos contribuintes.

Joana Bento – Deu os parabéns a todos os que se envolveram na realização da festa dos Chocalhos e da Cereja, que foram um êxito. Deu também os parabéns ao rancho folclórico de Silvares pela realização da 17ª edição do festival internacional de folclore. Disse tratar-se de uma iniciativa que devia constar na agenda cultural do concelho do Fundão, já que movimenta muitas pessoas de norte a sul do País. Deviam aproveitar a presença de pessoas, danças e culturas diferentes para as mostrar ao concelho e na cidade, onde existem infra-estruturas como a Moagem. O rancho folclórico de Silvares sempre levou o nome do concelho a todo o ais e por todo o Mundo e devia ser premiado com outro tipo de contributo e ser incluído na agenda da Câmara Municipal.

Aires Patrício – Disse que fala muita vez de Alpedrinha mas que tenta dizer sempre qualquer coisa ao contrário de outros que falam de muita coisa mas não dizem nada. Os Chocalhos podem ter corrido muito bem mas os problemas ficam para quem lá vive. É urgente proceder-se à higienização das ruas, as pontas de cigarro, vidros partidos e toda a natureza de detritos continuam a proliferar nalguns locais. As paredes ainda têm marcas, já que passaram a urinol público, o que requer uma higienização urgente. O IMI sobe, a austeridade é severa e não têm de ser os habitantes de Alpedrinha a limpar as ruas que também ao longo do ano deviam ter outro tipo de limpeza, pelo menos semanalmente, o que não acontece. Solicitou os préstimos da Câmara para que fizesse

algo para que a produtividade agrícola do concelho recupere rapidamente. A nossa génese assenta na agricultura e devia apostar-se nisso, já que nunca tivemos grande vivência industrial. O turismo deverá ser uma aposta, já que se trata de uma área com grandes potencialidades. Disse também, uma vez mais, ser urgente a recuperação da EN 18, de Castelo Novo ao Fundão, mais parece a estrada da “remendação” e não do alcatrão. Voltando a Alpedrinha, considerou que o trânsito na Rua D. Jorge da Costa, devia circular no sentido ascendente e não como está e que causa problemas a quem ali circula. A festa dos Chocalhos foi bombástica, pelo exagero de bombos a tocar.

Vítor Hugo – Felicitou o Dr. Jorge Garcez pelas suas novas funções no Ministério da Administração Interna. Agradeceu o trabalho da protecção civil relativamente às casas degradadas na freguesia de Aldeia Nova do Cabo, embora o problema maior subsista na Casa do Sr. Carlos Mendes. Acha que a sua aldeia continua à margem, com problemas de delegação de competências e fundo de investimento. Em 2009 foi inaugurado o Museu da Banda, mas as infiltrações de água levaram a que a porta só se abrisse para a sua inauguração. Os instrumentos já foram retirados, bem como alguns documentos já completamente deteriorados. A Câmara Municipal até hoje não conseguiu resolver o problema com o empreiteiro que realizou as obras naquele local. O protocolo assinado com a Câmara para a requalificação do polidesportivo também correu mal, já que a obra está praticamente concluída, mas a Câmara Municipal não transferiu 1 cêntimo do protocolado. A escola de Aldeia Nova está em risco de encerrar, o que obrigará as crianças da sua freguesia a frequentar outras escolas com salas já lotadas e trará custos de transporte, o que é inadmissível.

Luís Castanheira – Perante o documento apresentado, regozijou-se com o facto de outros membros da AM falarem dos problemas das suas freguesias. Felizmente as pessoas têm neste órgão a liberdade de falar dos assuntos que muito bem entendem e sente-se cada vez mais encorajado a falar nos que considere pertinentes. No Souto da Casa há uma obra que consta na informação escrita há muitos anos, que é a “Construção do Centro de Dia”. A primeira pedra foi lançada pelo Sr. Presidente da Câmara em vésperas de eleições que o PSD acabou por perder, porque ele próprio a ganhou. Nas últimas eleições nem sequer foi candidato, pelo que, ao contrário do que foi dito, não perdeu. A referida obra ali continua por concluir e aqui vai continuar a constar não se sabe por quanto tempo, o que é lamentável. Os sistemas autónomos de água e resíduos de Casal Álvaro Pires, Vale Mendinho e Vale D’Urso continuam a aparecer mas obras nem vê-las. O bairro do Sr. da Saúde continua sem esgotos. Junto à EN que liga o Souto da Casa a Vale Mendinho existem muitas habitações e também não há esgotos. A falta destas infra-estruturas já não se justifica nos tempos de hoje.

Vice-Presidente – Começou por dar os sentimentos ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Atalaia do Campo pelo falecimento da sua esposa. Disse ao Membro Luís Lourenço que concordava com ele porque a informação escrita pode ser melhorada, mas também se lembra que há alguns anos atrás a **Introdução** era considerada publicidade, marketing gratuito. Quanto as respostas da câmara à situação difícil do País, elas são uma realidade, nomeadamente através de um corte significativo nas despesas correntes e de capital, não estando a Câmara Municipal muito longe da média dos últimos 3 ou 4 anos, o que se demonstrará posteriormente, já que o QREN tem desbloqueado algumas verbas. Seria considerado extravagante que numa altura de tamanhas dificuldades se estivessem a alargar benefícios fiscais. As políticas de acção fiscal não devem causar mais problemas à Câmara Municipal, já que estas são um factor de coesão. Quanto ao IMI, pode questionar-se se a sua redução foi ou não factor de atracção para as áreas

abrangidas. Em nome da transparência o IRS valeu no último ano para os contribuintes um valor de 327.000 € e de IMI cerca de 200.000 €. Esse valor será agora encaixado pelo Município nesta fase difícil. Respondeu a Joana Morgadinho para concordar com as suas palavras, já que o rancho de Silvares é um dos principais activos culturais do concelho, dos mais premiados e reconhecidos a nível nacional e internacional. A visibilidade do seu festival poderá ser mais eficaz no futuro. A Câmara Municipal valoriza muito a cultura tradicional e tem sido um exemplo no seu apoio. Falando ao Membro Aires Patrício considerou que a limpeza e segurança da festa dos Chocalhos foi reforçada este ano, apesar das dimensões que a festa tomou e das características de Alpedrinha. Os Chocalhos têm de avançar para uma gestão muito mais profissional, naquilo que é a logística que lhe está associada. Este anos já se conseguiu que algumas marcas importantes olhassem para os Chocalhos naquilo que é o valor de tal evento, o que foi bom em termos económicos e será um bom caminho para se conseguirem mais meios para solucionar os problemas. Relativamente a questões de trânsito, está em vigor um plano em Alpedrinha, pelo que essas questões deviam ser apresentadas em sede de Assembleia de Freguesia, para posterior apreciação do Executivo. Ao membro Vítor Hugo, respondeu que as infiltrações de água no museu da banda foram uma realidade, o empreiteiro foi notificado para resolver o problema, não o fez, mas existem garantias e cauções que podem ser accionadas a qualquer momento, que espera possam dar resposta a essa questão. Por outro lado existe a necessidade de ganhar escala e trabalho em conjunto, pelo que cada vez tem mais razão de ser a existência de projectos inter-freguesias no aproveitamento mútuo de algumas infra-estruturas. Até ao momento isso não aconteceu, mas perante as dificuldades essa cooperação terá de ser realidade. Os próprios cidadãos assim o exigem e serão penalizados todos os que não o entenderem. Tem quase a certeza que está mais preocupada a classe política com as alterações propostas no documento verde, do que os próprios cidadãos, que olham para a cooperação e eficiência como questão fundamental. Isto não impede que existam políticas de coesão e ainda bem que já existem parâmetros que permitem essa discussão. O tempo urge, pelo que a comissão agora criada vai ter de trabalhar com alguma rapidez. Ao membro Luís Castanheira disse que não é capaz de fazer discursos que provoquem divisionismos. Há dificuldades e sabe que a intervenção não era dirigida à Câmara Municipal, já que o mesmo é de alguma forma perigoso, numa fase de reforma administrativa com as dificuldades financeiras que lhe estão associadas. Devia falar-se de competências, de questões relacionadas com a organização do território e o Senhor Luís Castanheira não o fez como devia. Relativamente aos esgotos, a Câmara Municipal conseguiu à última hora, cerca de 8 milhões de Euros, para resolver mais alguns problemas no concelho, mas existem perímetros urbanos pouco concentrados, o que é mais difícil de resolver. Avançar-se-á para as áreas mencionadas pelo Sr. Luís Castanheira quando for possível, embora a Câmara já esteja a executar saneamento noutros locais da freguesia. Por todo o concelho há ainda zonas dispersas com problemas que serão resolvidos quando os meios o permitirem. A Câmara Municipal continua firme em relação a alguns investimentos e apesar das dificuldades, todos estarão juntos para inaugurar os do Lar do Souto da Casa.

Quest
Joana Morgadinho

2.2 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Fundão”

Não havendo interessados em intervir nesta questão, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.



2.3 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2012 das Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis

Henrique Dias – Lembrou o membro Luís Lourenço que os documentos também mencionavam que seria aplicada uma taxa de minoração de 30% aos prédios degradados, pelo que lhe ficava bem ter mencionado isso. Disse também que participa em Assembleias Municipais há vários anos e que nunca viu ninguém que não tivesse a possibilidade de emitir as suas opiniões sobre a vida autárquica, das freguesias ou de questões de âmbito nacional. Devemos estar unidos face às dificuldades e deve existir cooperação entre todas as instituições do nosso concelho. Estas taxas são agora alvo de críticas, mas por exemplo, a Câmara de Castelo Branco, que por acaso até é do PS, só agora pela primeira vez assumiu a questão das minorações.

Luís Lourenço – Disse que não leu mal o documento já que desapareceram as minorações para as zonas periféricas, não mencionou os prédios degradados ou recuperados. O que falou foi na incoerência da actuação da Câmara Municipal de um ano para o outro, considerando que o que disse foi perfeitamente válido.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria, com 34 votos a favor, 12 abstenções dos Membros Abel Rodrigues, Maria Rosa Moreira, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Berta Oliveira, Luís Castanheira, Joana Bento, Nuno Lopes, Jorge Santos, Paulo Silveira, José Joaquim Mota e José Fians e 3 votos contra dos Membros Luís Lourenço, Catarina Gavinhos e Francisco Gonçalves.

O Membro **Jorge Santos** apresentou declaração de voto dizendo que se abstinha porque não se considerava suficientemente esclarecido sobre esta situação.

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2012 da Taxa Municipal de Direitos de Passagem”

Não havendo interessados em intervir nesta questão, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, despediu-se dos presentes e deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.30 horas. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal



1º Secretário



2º Secretário

Maria do Carmo Ross Nogueira

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.2 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Fundão” – Aprovada por unanimidade

2.3 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2012 das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis” – Aprovada com 34 votos a favor, 12 abstenções dos Membros Abel Rodrigues, Maria Rosa Moreira, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Berta Oliveira, Luís Castanheira, Joana Bento, Nuno Lopes, Jorge Santos, Paulo Silveira, José Joaquim Mota e José Fians e 3 votos contra dos Membros Luís Lourenço, Catarina Gavinhos e Francisco Gonçalves.

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2012 da Taxa Municipal de Direitos de Passagem” – Aprovada por unanimidade

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores membros da Assembleia,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhores membros da Comunicação Social,
Minhas Senhoras e meus Senhores,



Foram conhecidas no início desta semana, pela voz do Primeiro-Ministro, as bases da Reforma da Administração Local que temos de concretizar, por força do memorando de entendimento com a troika, até final do primeiro semestre de 2012.

O Governo optou, e bem em nosso entender, por tornar públicos os pressupostos dessa Reforma através do chamado Documento Verde e assim por em marcha um processo que conduzirá o país a uma série de mudanças tão profundas como estruturais.

Trata-se de uma Reforma que tinha de acontecer, sobretudo no momento em que o país se encontra empenhado num esforço de mudança e de consolidação, um esforço que não podia deixar de fora uma parte substancial do nosso sistema político-administrativo e do nosso modo de organizar a vida colectiva.

E se entendermos, como devemos entender, que o actual momento de crise e de emergência se pode transformar numa oportunidade, então também o Poder Local deve olhar para este momento como a grande e decisiva oportunidade.

Porque o Poder Local sempre foi e quer continuar a ser o veículo de descentralização das políticas públicas e da participação política.

Mas nos tempos vindouros, só um Poder Local moderno, ágil e preparado para os novos desafios pode perseguir o desígnio de democratizar o investimento público em Portugal e de continuar a melhorar a qualidade de vida das populações.

Só um Poder Local forte e aberto pode valorizar o nosso território e promover uma das nossas maiores riquezas, a diversidade, e assim provocar a coesão social e territorial.

Só um Poder Local simplificado pode travar as tendências de centralização política e administrativa, impulsionar a democracia participativa e aproximar ainda mais os serviços das populações.

Senhor Presidente,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Governo apresentou-nos uma Reforma que abrange 3 questões inseparáveis para o Poder Local: a reforma da gestão, a reforma do território e a reforma política.

Numa primeira instância, esperamos desta Reforma uma coisa: que possa actuar decisivamente sobre as dificuldades e os riscos a que estamos sujeitos.

Poderia falar da sustentabilidade financeira porque compromete a própria autonomia e independência do Poder Local e porque se avizinham nos próximos 2 anos cortes de 6 - 7% ao ano; poderia apontar uma gestão mais eficiente e com instrumentos mais eficazes porque permite melhorar a gestão dos recursos públicos e prestar melhores serviços às populações; mas poderia também falar do contínuo processo de desertificação que ameaça não apenas o nosso futuro como também a nossa própria identidade.

Os dados provisórios dos Censos 2011 mostram claramente que não pode mais ser adiado o confronto com este problema. Nos últimos 10 anos, 199 municípios perderam população e 2/3 do território estão hoje em risco de abandono.



No Fundão, a população caiu 7% nesse mesmo período. Temos agora nas nossas terras menos 2306 pessoas do que em 2001.

Esse decréscimo populacional atingiu 27 das nossas 31 freguesias; 9 delas chegam mesmo a registar perdas superiores a 20%, atingindo os 30% em alguns dos casos.

E como se não bastasse, a tendência para o envelhecimento persegue imparável. No Fundão, por cada 100 jovens com menos de 15 anos, há 207 idosos acima dos 65 anos de idade, enquanto a média nacional se situa nos 120. E para percebermos o que nos rodeia, veja-se que os piores índices nacionais, ilhas incluídas, se verificam em dois concelhos do nosso Distrito, que apresentam índices superiores a 500!

Este é o momento de fazer algo por esta situação, porque embora seja uma característica das terras do Interior, diz respeito a todos, porque afecta a todos e a todos responsabiliza.

Sempre apontámos grande parte da responsabilidade por este estado de coisas à falta de articulação entre as políticas públicas de âmbito nacional, regional e local, mas também ao nosso modelo de administração que se tem mostrado incapaz de captar o melhor da nossa diversidade.

A coesão territorial, que deve estar na linha da frente da actual Reforma, implica que sejam flexibilizados os nossos modelos de desenvolvimento. Impor um modelo único significaria tratar de forma igual aquilo que é diferente e dar primazia àqueles que estão preparados para esse modelo em detrimento daqueles que nele perdem voz e relevo.

O Documento que nos foi dado a conhecer apresenta uma visão global e integrada do Poder Local através de um olhar livre de preconceitos.



Felizmente, o Governo não caiu na tentação de iniciar a discussão sem nos apresentar critérios que servissem de guião. Esses critérios reportam-se aos 4 grandes pilares da Reforma:

- A reestruturação do Sector Empresarial Local;
- A reorganização do território;
- A redefinição do modelo de gestão municipal, intermunicipal e de financiamento; e
- O reforço da democracia local.

Sabemos que o Governo aguarda a conclusão de um estudo técnico independente, no qual participámos, para dar a conhecer o novo enquadramento legal para o Sector Empresarial Local.

Não nos opomos a nenhuma reorganização nem temos dogmas nesta matéria, mas sublinhamos a existência de aspectos que devem ser discutidos e aprofundados, nomeadamente aqueles que se prendem com a missão de certas empresas, como a Fundação Verde que é uma empresa de inserção, ou ainda questões relacionados com o pessoal.

Quanto à reorganização do território, porventura a mais mediática de todas as mudanças e aquela que mais preocupações suscita, mais do que números, poupanças e reduções, vemos nela a oportunidade de adaptar o mapa autárquico à realidade dos nossos dias, de dar escala e valor adicional às novas entidades autárquicas e de reforçar o seu âmbito de actuação e as suas competências. Tudo isto sem descurar a preservação das heranças históricas.

Acreditamos mesmo que este momento e esta Reforma podem servir para recuperar as identidades locais tantas vezes ignoradas e minorizadas pelas lógicas centralizadoras e burocráticas. O dinamismo local perdido nos últimos tempos deve ser reposto ao serviço das pessoas e das suas ambições.



Enquanto passo fundamental para uma melhor gestão do território, resultará ainda desta Reforma um novo modelo de gestão municipal e intermunicipal baseado nas Comunidades Intermunicipais e nas Áreas Metropolitanas, que irão receber competências dos municípios e do Estado Central.

Enfrentamos hoje problemas complexos e em constante transformação, pelo que nada justifica que um Município fique entregue a si mesmo quando um desafio é partilhado por outras comunidades. O caminho é, naturalmente, o do reforço das relações intermunicipais em diversas áreas, tais como o planeamento, o ambiente, os equipamentos ou os transportes.

Por fim, o reforço da democracia local passará por dois aspectos essenciais: a alteração da lei eleitoral autárquica e a simplificação do processo eleitoral, mudanças estas que se querem em vigor já em 2013.

Em concreto, estão em cima da mesa mudanças no processo de formação e composição dos executivos municipais, no número de eleitos locais, na representatividade das listas concorrentes e nas competências atribuídas à Assembleia Municipal.

Fortalecer o poder local implica fortalecer o governo autárquico, o que nos conduz a executivos homogéneos em que o Presidente de Câmara é cidadão que encabeça a lista mais votada para a Assembleia Municipal. É este o modelo que subscrevemos e que reúne já o consenso das principais forças políticas.

Também ao nível dos dirigentes municipais estão já anunciadas diversas mudanças, que aliás já iniciámos internamente no final do ano passado com a reestruturação orgânica e a redução do número de dirigentes.

Senhor Presidente,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Termino com a tónica presente em toda a minha intervenção: este não é um documento fechado. O Governo, apesar dos prazos apertados, iniciou este processo num espírito de abertura ao debate e à participação de toda a sociedade.

Longe de ser um compêndio de soluções e decisões, o Documento Verde é um texto aberto que visa sobretudo enquadrar a nossa discussão e os nossos contributos. Mas é preciso desde já alertar: a discussão que temos de realizar é muito mais profunda e complexa que o desenho de um mapa autárquico.

Só com o nosso contributo, assim como com o contributo das comunidades locais um pouco por todo o país, se pode transformar uma Reforma ambiciosa num sucesso e tornar justa uma Reforma que tem de olhar para a diversidade das realidades que perfazem o todo nacional.

Por isso, Senhor Presidente,

Gostaria de aproveitar o momento para propor a constituição, no seio desta Assembleia, de uma Comissão de Acompanhamento da Reforma Administrativa no Concelho do Fundão. Um grupo que integre um representante da Câmara Municipal, um representante de cada um dos partidos políticos com assento nesta Assembleia e os membros da Comissão já criada e composta pelos Presidentes de Junta das 5 subzonas.

É esta proposta que, com a sua permissão, quero deixar à consideração desta Assembleia.

Obrigado!

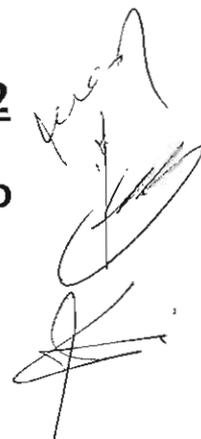


ASSEMBEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO**29 DE Setembro de 2011****CDS****CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL****Deputado Municipal*****Aires Patrício*****1**

Neste reino da ínclita geração, quase sempre em crise, vem-me à memória a de 1383/1385. Ouviu-se, então, o Povo que, aos brandos costumes dizendo nada, em impetuosa vozearia gritava” Acudam ao Mestre...Acudam ao Mestre”. Lisboa alvoroçava-se.

Como, ao tempo, a notícia circulava à velocidade de um cavalo por carroça, só mais tarde a restante paisagem foi atingida e, um pouco à guisa do hoje, quando tal começou a soar ficou numa de: deixa lá ver o que isto dá...

Depois desta...bem, depois desta houve muitas, mas como o tempo de que disponho não me permite grandes elucubrações, cingir-me-ei às mais vivenciadas, recordando a que durou quase 50 e a que se lhe segue e já vai quase nos 40.



A primeira vai dos réis ao escudo, a segunda, do escudo ao euro.

Quanto à primeira, refere-se-lhe a falta de liberdades.

Quanto à segunda, liberdades a mais.

Ora, quanto a mim, a questão, colocada assim, está errada, porque entendo que sempre houve imensas liberdades, só que, numa e na outra situação foram, em regra, mal distribuídas. E assim o entendo porque, só no desafogo económico das famílias, está a essência da verdadeira liberdade. E, como todos muito bem sabemos, a esmagadora maioria vive sufocada pela falta desse conforto que é a independência económica. A massa crítica é directamente proporcional à independência económica dos cidadãos.

Mas, no percurso que nos leva do escudo ao euro, há quem destaque crises como a de 1983/1985, a de 1995 e a de 2005 que, arrastando-se até aos nossos dias, se arrastará, segundo os entendidos, para lá de 2015.

Confesso que não entendo o que os entendidos entendem, mas uma coisa eu entendo: A Troika determina e manda publicar, o Governo publica e o Zé obedece.

Mas, voltando à História de Portugal, recordo que 30 anos depois de 1385, corria o ano de 1415, Portugal

Handwritten signature or scribble in the top right corner.

toma Ceuta, ao tempo, importante centro de comércio no Mediterrâneo.

A partir daí, os portugueses deram “ novos mundos ao mundo” .

Graças às novas técnicas de navegação descobertas e desenvolvidas na Escola de Sagres, desvendam os oceanos.

Em 1434 dobram o Cabo Bojador, no norte de África.

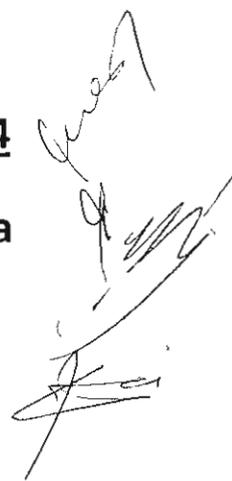
Em 1488 o Cabo das Tormentas, ou da Boa Esperança.

Estava lançado o Caminho Marítimo para o comércio com a Índia que, a par do achamento de novas terras, leva a presença lusa a todos os continentes, a todos os oceanos.

No último ano do século XV, reina D. Manuel I, Álvares de Cabral chega ao Brasil.

Sucederam-se os dias e, em 1578, desaparece D. Sebastião, que um nevoeiro persistente jamais trouxe de volta.

De finais do século XVII a meados do século XVIII, com a descoberta de ouro no Brasil, Portugal entra num período de grande opulência, sem se dar conta que, praticamente, toda a riqueza obtida fosse absorvida



pelos cofres ingleses, em razão de uma balança comercial que lhe era absolutamente desfavorável.

Foi assim...

E assim foi continuando...

Das especiarias da Índia, ao ouro do Brasil, às colônias, às remessas dos emigrantes, aos fundos comunitários, à nossa presença por todo o Mundo, teremos que reconhecer a nossa incapacidade em gerar riqueza e, o que ainda é pior, a nossa incapacidade em sabermos aproveitar o que de melhor os nossos melhores criaram.

Cada vez me apavora mais a tendência em se acentuar a minudência, o acessório, o espúrio, o inconsequente, em prejuízo da essência das coisas.

Confesso-me farto do vendaval das palavras que, mal acabadas de atirar, morrem no vazio de si mesmas.

Palavras que, fugindo do passado, não sabem o presente e se atrevem, petulantes, no futuro que não viverão.

Deparamo-nos, hoje, com um aparelho produtivo que tem vindo de mal a pior.

A nossa produtividade é baixíssima, nomeadamente tendo presente a grave circunstância que vivemos.



59% da população é considerada idosa. Que esperança para estes?

Segundo notícias recentes o consumo de pão baixou em 23%.

A classe média, motor de qualquer economia, tal como a conhecemos, definha.

O crédito malparado aumenta.

Vivemos sob a ditadura de uma severíssima austeridade que, só a uma governação incapaz se deve.

Dizem-nos os vários Governos, e um houve, em particular, que tomam medidas de grande coragem, só que, quem cumpre tal coragem é o Povo.

Logo a coragem é do Povo.

Para este mesmo Povo que já acudiu ao Mestre é chegado o tempo de o Mestre acudir ao Povo.

Havemos de reler o Poeta que nos avisa da vã cobiça e nos fala das obras valorosas e repudia a inveja.

De uma vez por todas cumpre-nos substituir o diploma pelo saber, para, a partir daí, termos uma justiça justa, uma autoridade isenta, uma estratégia definida.

Urge pôr cobro à violência que grassa.



Não podemos deixar alastrar um sentimento de insegurança que, em nada ajuda e, só prejudica, a imensa necessidade de lutarmos pela recuperação do bem-estar sem o qual não é possível o progresso que conduz à recuperação da nossa economia, da nossa capacidade produtiva. Atente-se, a este propósito, tendo presente a importância do Turismo, a má imagem e conseqüente prejuízo, que as notícias veiculadas pela imprensa internacional nos podem trazer em matéria de segurança.

Numa palavra:

Impõe-se-nos restaurar o prestígio das nossas Instituições, a construção de referências sem as quais não há futuro, banindo, de vez, os nevoeiros, qual fantasmagoria que, a muito importando, não importa à verdade.
